

O INDIVIDUAL E O COLETIVO NA HISTÓRIA

ZILDA MÁRCIA GRICOLI IOKOI

Em 9 de julho de 2001, no desfile comemorativo dos 69 anos da Revolução Constitucionalista de São Paulo, um indivíduo estranho apareceu em cena. Vestia um uniforme antigo e utilizava-se de um carro aberto. Destoava dos demais militares que marchavam em frente ao palanque oficial provocando grande constrangimento nas autoridades ali presentes. Tratava-se de um personagem conhecido do público, uma vez que poucos dias antes ele figurara nas páginas dos principais jornais impressos ou eletrônicos com um recorde particular. Fora condenado a 662 anos de prisão. Responsável por um massacre, a figura conhecida como *o carrasco do Carandiru* era nada mais, nada menos que o Capitão Ubiratan, comandante da tropa de choque que em 02 de outubro de 1992 invadiu o complexo penitenciário para *controlar uma rebelião*, cujo resultado foi um saldo de cento e onze mortos.

Dois momentos de um mesmo indivíduo. É possível isolá-lo das relações sociais e dos papéis institucionais que exercia e exerce nesses dois tempos? Qual o limite da ação individual nos processos históricos? Como os historiadores devem lidar com esses fenômenos? Quais as singularidades desse processo e de outros congêneres?

Um primeiro movimento é refletir sobre o lugar e o papel do Capitão Ubiratan e da corporação militar na sociedade brasileira hoje. Seria possível atribuir ao militar réu a mesma situação vivenciada pelos indivíduos que nascem no seio de uma casta, intocável, cuja associação aos seus valores é hereditária? Estaríamos frente a um dilema comum nas sociedades de castas onde o indivíduo considerado um dos ancestrais do intocável e

tendo se comportado como tal estaria, como afirma Barrington Moore Jr., realizando as funções mais repugnantes na sociedade, impondo a injustiça já que sua tarefa seria a de fazê-la aparecer como justiça?¹

Evidentemente a situação representada pelo militar que se interpôs na cena pública como alguém que estava sendo injustiçado, instiga de modo especial a reflexão histórica, já que ela se inscreve na sociedade do espetáculo como uma narrativa fabuladora de uma verdade centrada no campo das castas intocáveis.

Trata-se de um processo originário do arbítrio, constituído pela hipertrofia do poder executivo ao longo da ditadura civil militar interposta em 1964. Esse processo, aprofundado pela estrutura da desigualdade social e da violência policial, de certo modo, tem legitimado a injustiça social como justiça moral e a condição degradada dos presídios em formas hierarquizadas onde o degradado absorve o padrão de comportamento do agressor, estruturando formas e comandos equivalentes aos das hierarquias militares.

O segundo episódio ocorreu em 11 de setembro de 2001, quando o mundo assistiu ao mais espetacular confronto entre indivíduos do terceiro mundo atacando o império americano, não com armas construídas pela alta tecnologia da guerra, mas com simples aviões comerciais. Uma primeira hipótese levantada era a de que se tratava da ação organizada por um indivíduo muito especial, um milionário saudita que, por divergência com os controladores do império, moveu seu grupo através do princípio da guerra santa a derrotar George W. Bush Jr.

Como no primeiro caso, o Estado, aqui representando um poder mundial procurou individualizar a responsabilidade pela grande tragédia, esta, considerada como um marco no sentido da segurança norte-americana, agora publicamente vulnerável. Bin Laden passou a ser procurado e essa busca legitimou um movimento gigantesco no

¹ MOORE JR., B. *Injustiça: as Bases Sociais da Obediência e da Revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 91.

sentido de reacomodar os interesses e a economia norte-americana em crise. A queda das torres gêmeas, a fumaça de entulho, o sofrimento concreto das pessoas foram transmitidos a cada segundo procurando criar uma comoção mundial contra Laden e o terrorismo do Al Q'aeda. Ao mesmo tempo um alvo foi sendo projetado. Um povo, um país inteiro submetido à mais moderna tecnologia de guerra.

Como explicar a violência sendo construída por um discurso que se contrapõe à própria violência? De que modo individual e coletivo aparecem nestas esferas de poder? Stanley Elkins² analisou este fenômeno fazendo aproximações e comparando a violência nas *plantations* escravistas e nos campos de concentração dos nazistas. Em ambos os casos a aceitação da autoridade moral dos opressores foi decorrente de um processo complexo, mas originário de um modo de tratamento degradado onde os elos sociais entre os presos iam sendo substituídos por formas de opressão violenta que os tornavam massa atomizada, homogênea e desprovida de vontade própria, pois os opressores apareciam como um poder incomensurável, capaz de submeter todas as vontades. Entretanto, o autor concluiu que a maioria dos presos manteve um juízo crítico em relação à degradação.

Nos dois casos, muitos escravos ou presos nos campos de concentração, mesmo podendo movimentar-se, não faziam qualquer tentativa de fuga. Um certo grupo acabou aderindo às formas utilizadas pelos opressores, de modo a reproduzir seus comportamentos e acabaram servindo de elo de ligação no controle dos demais que haviam sido condicionados a um ritual de obediência cotidiana nas celas superlotadas, nos refeitórios e mesmo nos pátios. Mas, em ambos, uma parcela significativa reagiu com bravura, procurando fugir e organizar resistência. Como cada um desses dois grupos se diferenciava internamente?

Uma das diferenças expressa-se pela existência de indivíduos isolados, sem

² ELKINS, S.M. *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life*. New York: Press University, 1958.

experiência de articulação e de objetivos coletivos. Desprovidos de elos identitários mais profundos aderiam ao modelo vigente como forma de sobreviver naquele espaço ameaçador. Este foi o caso de capitães de mato ou mesmo dos colaboracionistas do III Reich fartamente registrados pela pesquisa científica. Outra parcela expressava-se por um comportamento grupal de resistência à desumanização, procurando estabelecer conexões de memória com situações positivas anteriores tais como lembranças de antepassados, histórias vividas alentadoras ou mesmo afetos perdidos. As singularidades estavam centradas na díade individual e coletiva, que para Elkins e Moore seriam hipóteses de entendimento da relação dos sujeitos no processo histórico.

Nos casos aqui propostos, trata-se de um procedimento de eliminar, na lógica acima apontada, a relação institucional do Estado em seu aparato central – o monopólio da violência institucionalizada – para o campo da individuação, o Coronel Ubiratan, que comandou o massacre e apareceu em frente ao palanque do Governador Geraldo Alckmin, como um fantasma de um tempo que deveria ser esquecido. Como em Garcia Marques, na obra *O General em seu Labirinto*³, Ubiratan é um fantasma que rouba a cena, se torna espetacular e realiza a fabulação contemporânea.

No atentado em Nova York, deu-se um fenômeno inverso: em primeiro lugar não se conhecia o indivíduo que realizou a ação. Iniciou-se um movimento desesperado para atribuir rosto aos adversários dos EUA e, no afã de resolver o impasse em tempo real, colocou-se em xeque a veracidade das informações, desmentidas também em tempo real. Em segundo lugar, os rostos dos pilotos foram sendo substituídos pelo de Bin Laden, mas ao invés dele ser identificado com o horror, sua face magra, voz suave, olhar profundo e sua fala mansa promoveram uma certa simpatia, especialmente quando as imagens procuravam dar visibilidade aos possíveis lugares onde o chefe supremo do terror estaria refugiado. A força do poderoso império contraposta à fragilidade de

³ MARQUES, G.G. *O General em seu Labirinto*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

um país do terceiro mundo provocou simpatias mais ou menos explícitas. Tratava-se de deflagrar guerra contra pobres, desprotegidos, miseráveis, que viviam em um território já destruído por outras guerras.

O mais assustador nestes casos foi a constatação de que, no mundo contemporâneo, a fabulação atingiu as instituições responsáveis pelas mediações políticas e pela segurança pública, local e mundial. Esse processo desvenda inicialmente o esgarçamento do tecido social, a fragilidade dos mecanismos de consenso e a fraqueza dos valores democráticos. Para defender a fabulação da possibilidade da democracia americana ser padrão para o planeta, defende-se a guerra como a principal hipótese para a democracia mundial. Retoma-se o discurso da civilização contra a barbárie e sacraliza-se o mercado que se fez *Deus ex machina*. Evidencia-se assim a profundidade do autoritarismo como um fenômeno socialmente introjetado e, de certo modo, a vitória dos valores individuais sobre os coletivos sociais.

Evidentemente este processo não é novo, mas no presente momento a contradição atingiu seu ápice, possibilitando a comparação nos episódios citados. Passemos a cotejar os trabalhos dos teóricos da história sobre o problema.

R.G. Collingwood em seu livro clássico *A Idéia de História*⁴ discute a questão procurando diferenciar a pesquisa histórica dos acontecimentos criminais como nos casos aqui expostos. Entretanto, ao apresentar seus argumentos, o historiador percebeu como já no século XIX havia um modo de registrar os fatos que poderia levar a uma conclusão pouco esclarecedora dos problemas do vivido. Ao estabelecer a breve narrativa sobre quem matou John Doe, apontou a necessidade do cotejamento entre as representações construídas e as possibilidades de reencontro do real. Para isso recomendou a formulação de perguntas, de tal modo que introduziu no espírito do historiador um procedimento de trabalho que rejeita o pensamento único e as concepções definitivas e homogêneas. O princípio da dúvida cartesiana move o pensamento na formulação dos porquês, no registro

⁴ COLLINGWOOD, R.G. *A Idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1969, 494 p.

de diferentes pontos de vista, nos depoimentos e, as fontes escritas permitem perceber um campo de variações que se move entre o individual e o coletivo.

E.H.Carr⁵ afirmou que a sociedade e o indivíduo são inseparáveis destacando, entretanto, a existência de um campo que os aproxima ou distancia de acordo com um conjunto de determinações de várias naturezas culturais, simbólicas, econômicas e políticas.

Assim, quando Ubiratan apareceu como ex-combatente no desfile invadindo a cena pública, ele questionou tanto o lugar a ele atribuído pelo Estado quando exercia o comando hierárquico da corporação militar, como se sobrepôs ao papel de indivíduo que lhe foi imposto no momento da sentença.

Os atos e os movimentos individuais expressam múltiplas possibilidades investigativas. Para o historiador, seja um liberal, um positivista ou um marxista, as formas, as funções e as estruturas que envolvem as representações produzem expressões, significados e registros que identificam os acontecimentos, mesmo considerando que se vive em plena sociedade do espetáculo nos termos propostos por Guy Debord⁶. Para cada campo teórico aqui definido, trata-se nos exemplos citados de verificar como o individual e o coletivo se expressam sobre o monopólio da violência.

Em seus trabalhos, Elkins e Moore⁷ permitiram decodificar que os sobreviventes daquelas situações degradantes estudadas foram os que possuíam fortes convicções religiosas ou políticas. Destacaram especialmente o papel das Testemunhas de Jeová no caso da escravidão e dos militantes comunistas na resistência interna nos campos de concentração. Foram esses dois grupos que, centrados numa dimensão coletiva, acabavam procurando exercer o controle administrativo do lugar para distribuir e designar as turmas de trabalho e a transferência de presos para outros campos. Nesses dois casos, formavam resistências significativas e através de alguns mecanismos específicos,

⁵ CARR, E.H. *O Que é História?* São Paulo: Duas Cidades, 1969, 210 p.

⁶ DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 237 p.

⁷ ELKINS, S.M. *op cit*; MOORE JR., B. *op.cit*.

obtinham comida melhor ou trabalhos mais leves para os seus correligionários. Assim também, muito foi feito pelos afeições no sentido de aproveitar esse momento e a própria guerra para se apropriar de alimentos e remédios, de vantagens políticas e ou financeiras com vistas a promover a reconstrução do país. Os próprios militantes da AI Q'aeda usaram e abusaram da mídia planetária para ganhar visibilidade até então impensada.

No caso do massacre do Carandiru, muitos policiais foram capazes de perverter, para seus próprios objetivos cruéis, muitos daqueles que demonstraram traços próximos aos objetivos definidos para o funcionamento da própria prisão. As cerimônias de boas-vindas dos presos, absurdamente horripilantes, os ritos de passagem traumáticos, produziam, ainda seguindo as reflexões de Moore Jr., dois efeitos relacionados: primeiro, a degradação direta e a quebra do auto-respeito do preso, o desaparecimento de qualquer traço de individualidade ou status que ele possuísse no mundo exterior, e segundo a homogeneização de todos com os seus códigos comuns, desconhecidos no momento dos ritos de passagem e assimilados aos poucos num processo de acomodação bestializada.

Para se contrapor ao regime de privação, os presos passaram a se hierarquizar de modo cada vez mais articulado com os mecanismos de perversão existentes na própria instituição e, de certo modo, o que se assiste hoje é a existência de um processo que se impõe de fora, dos comandos organizados da criminalidade, assimilando os próprios funcionários dos presídios e os da repressão numa ampla rede de cooperação que aparece na cena pública juntamente com o Capitão Ubiratan, o Comando Vermelho, o Primeiro Comando da Capital, ou mesmo Marcinho VP e Fernandinho Beira Mar. Individuais e coletivos em confronto.

O massacre do Carandiru foi sentido de modo muito profundo naquele dia sombrio. As organizações de direitos humanos manifestaram-se imediatamente. O ministério público, apoiado por parlamentares e por autoridades eclesásticas, foi deslocado para a frente do presídio, rebatendo as informações divulgadas pela imprensa de modo apressado. A longa madrugada e o saldo - uma centena de mortos. Desde aquele dia,

ficou clara a quebra da ética humanitária, pois os presos foram mortos de modo tal que se configurou uma chacina. Os corpos retirados das celas foram amontoados no pátio para falsear a existência de rebelião. No processo judicial, o laudo do perito e o relatório da criminalística concluíram que de fato ocorreu a chacina. O comandante responsável pela tropa de choque foi condenado à pena máxima. Entretanto, como há recurso, o réu continua em liberdade.

Mas não nos interessa nesta noite a questão particular. Este caso leva a pensar o processo social brasileiro em curso e os dilemas da globalização negativa. O sistema repressivo e carcerário indica que um conjunto de práticas atualmente expostas foram sendo construídas ao longo dos anos e especialmente durante os regimes ditatoriais⁸. A hipertrofia dos poderes discricionários de delegados e agentes policiais, decorrentes dos modos clandestinos de perseguição aos adversários políticos, forjou a desagregação do tecido institucional, aproximando *meganhas e bilontras* já no final do século XIX, como demonstrou o historiador Sidnei Chalhoub em seu livro *Trabalho, Lar e Botequim*.⁹ Ao engendrar no Brasil um modo operativo entre policiais e malandros, os agentes da ordem passaram a exercer um poder individual e pessoal sobre os trabalhadores e criar uma hierarquia de comando e informação fora da lei e do controle institucional.

Assim, nos períodos de arbítrio exigia-se muito mais eficiência desses setores e, através de um alto grau de investimentos e de treinamentos em técnicas de espionagem e infiltração, passou-se a colocá-los acima e com mais direitos e poder que os homens comuns. Estes suspeitos de subversão passaram a viver com o ônus da prova. Esta inversão abriu de vez as portas para uma cooperação perversa e macabra. As fontes

⁸ O DOPS de São Paulo foi criado em 1924, quando o governo brasileiro precisava reprimir as rebeliões tenentistas e impedir que as forças comunistas que haviam se instalado na cidade, especialmente originárias do Leste Europeu, formassem as bases para a III Internacional. Ver IOKOI, Z.M.G. *A Questão Judaica. Diplomacia, Repressão e Resistência*. São Paulo: FFLCH-USP. 2001 – Tese de Livre Docência, 350p.

⁹ CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, 367 p.

documentais que compõem os acervos das polícias políticas no país dão fartos registros dessas arbitrariedades. As estratégias de perseguição e repressão foram utilizadas contra as oposições de modo geral e contra grupos políticos de esquerda em particular. Por sua vez, o contato dos presos políticos com os presos comuns num determinado período no pós 1964, motivou os chefes de quadrilhas a utilizarem esquemas organizativos criados no bojo das lutas revolucionárias.

Os grupos passaram a se articular vivenciando determinados espaços como territórios historicamente constituídos. Os morros, as favelas tornaram-se áreas de controle do Comando Vermelho ou de chefes de bandos, cujo poder pessoal os aproximava dos moradores. Fernandinho Beira Mar, Marcinho VP enfrentavam a polícia com o silêncio, a convivência ou a proteção de moradores do morro, numa estranha simbiose de indivíduos e coletivos. Já o Primeiro Comando da Capital nasceu como organização coletiva de chefes do crime dentro mesmo dos presídios. Seus negócios ganharam dimensões internacionais, uma vez que o narcotráfico e o contrabando de armas passaram, nas últimas décadas, a ser as novas formas produtivas do capital transnacionalizado. Por sua vez, setores da polícia ao se imiscuir nos negócios do crime organizado começaram a partilhar de certo modo dos interesses desse mercado mundial. Os negócios modernos ganharam o sentido do circuito fechado proposto por Florestan Fernandes. Cooperações entre diferentes setores e busca da dominação do circuito do ramo (do plantio da coca ao comércio internacional da cocaína e das armas).¹⁰

A concentração de renda aprofundada pelas exigências dos gestores internacionais das políticas públicas e pelas definições de políticas econômicas nacionais revelava de modo objetivo os acordos da burguesia sediada no Brasil ou constituída por brasileiros, e o controle do capital financeiro que se impôs sobre o Estado em nosso país.¹¹

¹⁰ FERNANDES, F. *Circuito Fechado: Quatro Ensaios sobre o "Poder Institucional"*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1977.

¹¹ FIORI, J.L. (org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

O entusiasmo das elites dirigentes com a abertura do país ao mercado internacional fez com que se aprofundasse, no nível individual, um sentido de injustiça com a quebra de postos de trabalho, enquanto as classes médias deliciavam-se com novos produtos importados que superlotavam as estantes dos supermercados. O desemprego galopante e o aumento da criminalidade fizeram com que muitos jovens fossem introduzidos no mundo do trabalho, dos negócios e do dinheiro através do setor ilegal e proibido. As elites ao cultivarem o individualismo ficam impedidas de tecer um código de ética, uma vez que ele se origina no coletivo.

Assim, o cenário da liberdade e do acesso ao mercado, fabulação do mundo globalizado, atingiu o imaginário social e foi sendo desejado por diferentes setores sociais, ao mesmo tempo em que as crenças religiosas passaram a ser integradas na dinâmica do mercado e na sociedade do espetáculo¹², e a militância política começou a refluir com a crise do setor produtivo e do desemprego. É preciso destacar que grande parte dos combates políticos da esquerda depende diretamente do setor sindical, que no último período viveu sérias dificuldades, especialmente relacionadas à volumosa quebra nos postos de trabalho.

Os partidos de oposição, por sua vez, passaram a dirigir sua atenção de modo mais efetivo aos processos eleitorais, imaginando com isto ampliar as possibilidades de através de governos municipais ou estaduais frear, de modo significativo, a concentração de renda e poder em curso e defender as políticas sociais ameaçadas pelos planos internacionais. Os acontecimentos de 11 de setembro serviram neste quadro para expor a amplitude dos problemas sociais para além da América Latina.

Neste processo, Bin Laden realizou direta ou indiretamente uma outra possibilidade. Ele fez com que esse processo da globalização pelo mercado fosse desvendado, especialmente quando se pode perceber que as armas em mão dos chamados *terroristas* haviam sido produzidas pelos grandes complexos bélicos ocidentais,

¹² DEBORD, G. *op. cit.*

parte significativa do mercado norte americano. Este ramo da produção foi valorizado desde a Segunda Guerra, com a corrida armamentista e a política de demonização dos adversários dos Estados Unidos. Se num primeiro momento o comunismo serviu para esta polaridade, vive-se hoje uma tentativa de atribuir aos muçulmanos em geral e a Al Q'aeda em particular a responsabilidade por essa violência. Entretanto, afegãos, palestinos, judeus, especialmente as populações civis sofrem as conseqüências das guerras, parte do processo da globalização ou da expressão de disputas territoriais e políticas não resolvidas pela força das armas.

As formas da violência se ampliaram e a banalização da vida se intensificou. Entretanto, o impacto da morte, ele mesmo tem valor diferenciado pela estrutura sócio-econômica. A morte de um pobre impacta menos que a de um rico. Aí temos o individual definido pelo padrão monetário vigente. Assim, o Coronel Ubiratan pode ser entendido de modo direto como aquele que ordenou o massacre e que desfechou a violência sanguinária contra presos que estavam sob a tutela do Estado Democrático, como um indivíduo que tomou a decisão de liderar a ação imediata num dado momento histórico. Do mesmo modo, os muçulmanos que pilotaram os aviões sobre as torres do World Trade Center foram indivíduos que tomaram a decisão de realizar o ato em si. Mas eles são frutos de e pertencem a processos sociais complexos, onde os coletivos definiram um grupo de poder, elegeram governantes, forjaram lideranças, constituíram *intelligentsias* responsáveis pelos destinos de populações de diferentes países.

Milton Santos afirmou em seu livro *Por uma Outra Globalização*¹³ que vivemos hoje num mundo confuso e confusamente percebido. Evidentemente essa assertiva aparece como um paradoxo se observarmos que a ciência e a técnica tiveram uma extraordinária expansão ao longo do século XX e que as novas formas de produzir e difundir informações ganharam a velocidade do tempo real e a precisão centrada na partícula informacional desvendada pela genética e suas inúmeras possibilidades.

¹³ SANTOS, M. *Por uma Outra Globalização. Do Pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

Entretanto, este grande campo de conhecimento não levou ao entendimento do mundo, mas reafirmou concepções centradas nas fabulações produzidas como pensamentos homogêneos, presentes nos discursos políticos, na mídia e mesmo em produtos da indústria cultural pretendendo com isso criar um padrão uniforme para todo o planeta. Esse mundo constituído por repetições contínuas de *verdades fabuladas* é representado como fruto do conhecimento. Suas bases aparentemente sólidas informam decisões, modelos, projetos, já que o questionamento de sua interpretação fabulosa é impedido. Os indivíduos têm se tornado *voyeurs* e procuram na mídia dominada pelos grupos do poder, programas e imagens de um modo de vida voltado para o mercado. O dinheiro, a riqueza e o corpo aparecem como sinônimo de pertencimento e felicidade. Os *mass media* imitam os programas de entretenimento com maior ou menor qualidade, expondo a vida privada. *Casa dos Artistas* ou *Big Brother* cumprem esse papel. Entretanto, como a fabulação é extremamente espetacularizada, os indivíduos telespectadores conseguem perceber que seu vivido difere radicalmente do fabulado e a fabulação pode desaparecer. Assim, como no caso do bombardeio ao Afeganistão, as imagens são reveladoras das diferenças e o sentido da injustiça proclamado por Barrington Moore se desenvolve. Evidentemente a desigualdade surge como a face perversa da globalização: desemprego, pobreza, concentração de renda, crise da qualidade de vida, novas enfermidades, reinício de outras, aparentemente vencidas, individualismo, corrupção, violência.

A rebeldia então passa a ser um sinal de que o indivíduo está deixando de ser individualista, momento que exige um esforço de reflexão e de crítica, um exercício contínuo de desvendamento dos elementos ocultos nos discursos dominantes. A busca de alternativas pode levar a um outro sentido, agregando ao vivido os elementos positivos ou a construção de uma outra globalização.

Assim, ao se introduzir no debate o território no lugar de um mundo globalizado, aproximam-se singularidades que permitem novos elos de solidariedade, elemento esclarecedor dos dilemas colocados no presente. A cidade, o presídio, a escola, os morros,

as favelas são territórios históricos, constituídos por relações sociais concretas e devem ser entendidos deste modo. Assim, esses fragmentos, frutos de experiências vivenciadas no coletivo, exigem soluções particulares e gerais, uma vez que se trata de território e de população violada em seus direitos. Ao se unirem sujeitos em diferentes espaços, possibilitam-se solidariedades mais complexas. As soluções definidas e encontradas devem ser engendradas em alteridades que somente são possíveis se o sentido das singularidades for construído.

Deste modo, os conceitos operativos do uso do território, ou seja, as noções construídas em períodos históricos determinados, devem ser entendidos em sua historicidade e não como engrenagens permanentes do modo de funcionamento do uso do território. *Se a natureza e o meio ambiente são históricos, como não considerar do mesmo modo o Estado-Nação,... entronizando uma visão político-jurídica do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo desde o... século das luzes à era da valorização dos chamados recursos naturais.*¹⁴

É preciso deste modo prestar atenção aos novos componentes históricos que se apresentam para que se possam compreender o novo momento que se abre e as suas possibilidades. Retomando a cidade como fenômeno, pode-se perceber um sentido geral que não permite conhecer os becos, os cantos, os grupos, as experiências, a diversidade. Assim, se o entendimento da cidade se fizer pelo global, ela será apresentada de forma naturalizada, impedindo o encontro das narrativas que lhe dariam o sentido. Ao se tomar o sentido definido por Mumford, Lewis ou G. Bardet, a cidade deve ser entendida como espaço constituído por cidadãos livres, libertados da divisão social do trabalho, das classes sociais e das lutas de classes, constituindo uma comunidade, associada livremente para sua gestão. Ao conceberem o modelo da cidade ideal, esses filósofos projetaram a liberdade da cidade grega, como se ela representasse a liberdade dos indivíduos do

¹⁴ SANTOS, M. et. ali. *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996. p. 15

século XX. Deste modo, a filosofia da cidade nasceu como superestrutura de uma sociedade em cuja estrutura representava um tipo de cidade, forjando especulações sobre seu sentido, uma vez que elas integram em si alguns conhecimentos reais.

Mas as narrativas sobre a cidade decorrem de inúmeros lugares temporais e sociais que simultaneamente contrapõem hipóteses, possibilidades, verdades parciais e apreensões múltiplas. É comum perceber que há neste mundo globalizado, pela primeira vez, a possibilidade de universalidade empírica, permitindo que se explique o acontecer a partir de uma história concreta. Esta metanarrativa formula um discurso novo, especialmente porque o conjunto informacional permite projetar tendências em curso, como os dados das desigualdades, as estruturas de controle, os casos de corrupção, os desperdícios e a miséria. Mas permite também, e inclusive, as hipóteses de solidariedades globalizadas.

Do mesmo modo, quanto mais se observam particularidades, quanto mais se identificam os sentidos de pertencimento, mais se consegue criticar a ideologia da globalização que se impõe contra o humano. Assim, é preciso destacar o papel do conhecimento especializado nesta busca do vivido, mas integrá-lo num conjunto complexo de desvendamento do mundo.

Este, no meu ponto de vista, é o desafio da historiografia no novo milênio. Refazer o debate do novo lugar do individual e do coletivo, reaproveitar as metodologias de resgate da historicidade e das temporalidades desiguais e simultâneas nas noções de território, de direito social e de justiça, atualizando paradigmas e utopias projetadas por professores desta casa que já se foram.

Aproveito este momento final para homenageá-los citando quatro importantes acadêmicos que, cada um a seu modo, indicaram em suas reflexões os dramas aqui apontados e com suas presenças permitiram que estivéssemos aqui reunidos nesta aula magna. Destaco aqui as figuras de dois grandes professores, muito semelhantes em seus procedimentos no exercício da docência, pelo cuidado com a escrita ao produzir magníficas aulas, verdadeiros balanços do conhecimento produzido até então e por

estimular os alunos ao desafio das leituras complexas e sistemáticas, dois demiurgos das novas gerações, Ilana Blaj e Florestan Fernandes. Por último, nossa homenagem aos professores João Luiz Lafeté e Milton Santos que explicitaram com suas figuras serenas, discretas e íntegras a radicalidade do pensamento crítico de modo simples e direto, capaz de ser assimilado tanto por intelectuais como por um cidadão comum. Para eles, a comunicação que se faz pela cultura, pelos valores e ritos mostra que existem possibilidades de uma outra globalização. Há inúmeros sinais nesta direção. Nos cabe aqui nesta Faculdade de Filosofia dar conhecimento a essas novas formas, no mais das vezes ignoradas ou propositalmente silenciadas.

Obrigada.

Título O individual e o coletivo na história
Aula Inaugural

Autor Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Coordenação Eliana Bento da Silva Amatuzy Barros – MTb 35814

Diagramação Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815

Revisão Wiviane Ribeiro do Carmo
Fernanda Silva Fernandes de Abreu

Formato 15 x 21 cm

Impressão Gráfica FFLCH/USP

Tiragem 500 exemplares